



A GEOGRAFIA DA REORGANIZAÇÃO E DAS OCUPAÇÕES ESCOLARES EM SÃO PAULO

William Fernando Camilo Queiroz ¹

RESUMO

O Estado de São Paulo vem adotando uma política educacional sob a ótica do neoliberalismo que tem repercutido e alterando substancialmente a rede pública estadual de educação. Essa política resultou em uma tentativa de “reorganização escolar” em 2015 que afetaria diretamente o espaço escolar disponível e reverberaria diretamente alunos, professores e toda a comunidade escolar. Ligado à lógica de redução da participação do Estado na educação pública essa política apresenta uma espacialidade que revela além das intenções do Estado a desigualdade em que se assenta tal ação. Os resultados dessa tentativa acabaram por formar um movimento socioespacial que acabou por mostrar a escola enquanto espaço de disputa sobre a política educacional e enfatizar o espaço de ensino como um território possível de luta através dos jovens com as ocupações que foram além da lógica prescritiva da política pública estadual.

Palavras-chave: Reorganização Escolar; Ocupações Escolares; Secundaristas; Movimentosocioespacial.

ABSTRACT

The State of São Paulo has been adopting an educational politics from the perspective of neoliberalism that has reverberated and substantially changed the state public education system. This politics resulted in an attempt at “school reorganization” in 2015 that would directly affect the available school space and would directly reverberate students, teachers and the entire school community. Linked to the logic of reducing State participation in public education, this politics presents a spatiality that reveals, beyond the State's intentions, the inequality on which such action is based. The results of this attempt ended up showing the school as a space for dispute over educational policy and emphasizing the teaching space as a possible territory of struggle through young people with occupations that went beyond the prescriptive logic of state public politics.

Keywords: School Reorganization; School Occupations; Secondary Schools; Socio-spatial Movements.

INTRODUÇÃO

Quando o governo estadual paulista tentou colocar em prática uma política de fechamento de escolas, com remanejamento de alunos e professores, gerando grandes impactos para os envolvidos e, sobretudo para a sociedade em geral tentamos reconstruir

¹ Doutorando em Geografia pela UNESP-Presidente Prudente-SP. Professor da Rede Estadual de Educação de São Paulo, will-camilo@hotmail.com.



a luta contra a reorganização da Rede Estadual e Ensino do Estado de São Paulo e especificamente as ocupações escolares no ano de 2015.

Assim, o artigo buscou configurar espacialmente essa política de reorganização escolar e as ocupações, bem como, compreender suas formas de organizações, identificar os indivíduos participantes e busca justificar a ideia de que o espaço escolar juntamente com as ocupações foram expressões estratégicas e fundamentais de luta dos secundaristas nesta ação contra uma política nitidamente neoliberal e que portanto, se tratou de um movimento socioespacial.

Partimos da leitura geográfica dos movimentos sociais que se dá a partir dos conceitos de movimentos socioterritoriais e socioespaciais como consta em Fernandes (2005), Pedon (2013), e Sobreiro Filho (2016). Neste sentido, os movimentos socioespaciais são aqueles que representam reivindicação de espaço e territórios, (que é o caso específico dos estudantes paulistas) que ocuparam o espaço escolar. Para o seu não fechamento, transformou momentaneamente a escola em um território de luta e resistência. Portanto, a partir disso, houve a construção de um território, produzindo um espaço político, cultural e espacializando-se e configurando-se através de uma rede de ocupações.

Dessa maneira, foi possível entendermos que a transformação do espaço escolar em território era para este movimento socioespacial a possibilidade de materialização de suas reivindicações constituindo-se de uma luta social pela educação pública de qualidade que se espalha para outras redes de ensino provocando grande repercussão em outros estados da federação² no ano subsequente.

Portanto, podemos indicar que o espaço não constituiu somente um recorte empírico ou uma base que sustentava a organização secundarista, mas sim, se ressignificou um território a partir do qual as vivências compartilhadas formaram uma “energia” capaz de mobilizar outros estudantes que se voltaram ao embate de derrotar, mesmo que temporariamente, a reorganização em 2015 e, deste modo, podemos ver a escola como um “território de disputa e de construção de um outro projeto de educação, mais horizontal, inclusivo e colaborativo” (GIROTTO, 2018, p.114).

Pensamos que a proposta de reorganização escolar apresentada pela Secretária de Educação de São Paulo SEDUC-SP em 2015, deve ser localizada em um contexto mais

² Ver por exemplo as ocupações escolares no Brasil em 2016.



amplo de transformações, que vem afetando a educação pública em suas diferentes etapas como “Reforma empresarial” (RAVITCH, 2011), “Movimento Global da Reforma Educacional” (SAHLBERG, 2011) ou ainda, “nova gestão pública” (BALL & YOUDELL, 2007). Trata-se, portanto, de um movimento que tem buscado nortear a escola, o trabalho docente e tantas outras dimensões da educação pública a partir de uma lógica do neoliberalismo que se tem apresentado como empresarial, tecnicista e excludente.

Acerca da espacialização e alcance das escolas ocupadas podemos dizer que se inicia na capital do estado e alcança o interior do estado de São Paulo. Entretanto, a primeira manifestação de rua contrária surgiu no interior do estado³ (CAMPOS, 2016). Mesmo de forma desordenada, a organização das ocupações cresceram a ponto de que 200 escolas tiveram essa opção de luta contra o governo do estado construindo uma outra Geografia da escola pública paulista como podemos observar em Giroto (2018, p.107).

É através da Geografia como conhecimento necessário para entender a produção do espaço geográfico, objeto desta ciência, que ancoramos nosso debate através de uma leitura desses processos de reorganização escolar, ocupações e do movimento socioespacial dos secundaristas. Considerando este olhar e a defesa da produção social do espaço (LEFEBVRE, 2008) o movimento socioespacial secundarista produziu espaço e resultou em ações de repercussão política tanto material como simbólica e, que, portanto, essa coletividade estudantil autônoma no seu exercício de poder foi feita de forma territorial.

METODOLOGIA

Para conduzir nossa proposta iniciamos com uma revisão bibliográfica com o objetivo de aprofundarmos nossos conhecimentos sobre a política de “reorganização escolar” e sua consequência direta que foram as ocupações.

Para a produção dos mapas, nossa metodologia se baseou na localização das escolas que seriam fechadas em 2015 com base nos documentos oficiais do Estado de São Paulo através do site eletrônico da Secretaria de Educação de São Paulo (SEDUC-SP) e

³ “A primeira manifestação de rua contra a “reorganização de que se tem registro foi em Rancharia (região de Presidente Prudente), no dia 28/09, a primeira segunda feira depois de anunciada a “reorganização” (CAMPOS, 2016. p.43). Participamos dessa primeira manifestação quando ainda estávamos com o cargo de professor na “E.E José Giorgi”.



também com o acompanhamento de notícias pelo Sindicato Oficial dos Professores do Estado de São Paulo (APEOESP) que também disponibiliza um acervo de informações sobre a reorganização que possibilitou a origem do mapa do município de São Paulo com as escolas que seriam fechadas e ocupadas.

Apresentamos um mapa com cruzamentos de dados que consiste em identificar em que áreas sociais do município de São Paulo estavam localizadas as escolas que seriam fechadas. Os endereços dessas escolas foram georreferenciados e localizados de maneira sobreposta a informação sobre as áreas pelo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do município de São Paulo-SP. Construímos também um mapa com as escolas que fechariam com base no índice de analfabetismo no território da capital paulista com base nos dados sobre a essas variáveis sociais extraídos do sitio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do censo de 2010 e da Rede Escola Pública e Universidade em 2020 (REPU).

O mapa com a localização das escolas estaduais ocupadas, contou com dados coletados no sítio eletrônico da APEOESP. Também georreferenciamos os endereços dessas escolas e as localizamos de maneira sobreposta as escolas que seriam fechadas para apresentar um balanço dessas ações tanto no município como em relação ao Estado.

Para compreender as ocupações escolares e o movimentos socioespacial em nível mais específico tivemos o contato com 3 estudantes secundaristas de diferentes regiões do Estado que forneceram informações das ocupações onde podemos identificar relatos e histórias de como ocorrerão as ocupações, como se organizaram, os problemas estruturais das escolas, os grupos que os ajudaram, entre outros, através de respostas via aplicativo de mensagens, através de um questionário enviado previamente para os mesmos.

REFERENCIAL TEÓRICO

É Henri Lefebvre que, com base em Marx, esboça primeiramente o termo “produção do espaço”. Reconhecendo tanto a importância dada por Marx em *O Capital* e *Grundrisse*, e justamente desse olhar de Marx pela força, meios e modo de produção, que Lefebvre se apropria para construir e posteriormente discutir a produção do espaço (SPOSITO, 2004; CORRÊA, 2006; PEDON, 2013; SOBREIRO FILHO, 2016).



Portanto, a maior contribuição da obra de Lefebvre para os geógrafos é sua compreensão do conflito pelo uso do espaço (PEDON, 2013). Assim, foi possível entender que o “conflito no e com o espaço vai gerando novas territorialidades” (PEDON, 2013, p.21) e, que dessa maneira, vai produzindo espaços. Nesse sentido, “pensar o espaço produzido foi um imenso avanço teórico realizado, de maneira mais profunda, por Lefebvre” (SOBREIRO FILHO, 2016, p. 14).

É fundamental a compreensão do que seja a produção do espaço⁴, assim como, o entendimento de que as “relações sociais no capitalismo, isto é, as relações de exploração e de dominação, se mantêm pelo e no espaço” (LEFEBVRE, 2016, p. 142). Portanto, os movimentos sociais produzem espaços. Neste sentido, atentamos sobre a leitura geográfica dos movimentos sociais que se dá a partir dos conceitos de movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Desse modo, vamos a verificação da definição de movimentos socioterritoriais e socioespaciais de Fernandes⁵, (2005), consolidada e trabalhada por Pedon (2013) e por Sobreiro Filho, (2016), pois as mesmas se constituem em um conceito chave para a nossa reflexão⁶.

Considerando o olhar destes autores é possível reconhecer a partir das suas contribuições, que é correto afirmar que o movimento de contestação e posteriormente de ocupação de escolas em 2015 em São Paulo pelos secundaristas se constitui em um movimento socioespacial. Esse movimento social está intimamente ligado à manutenção das escolas públicas paulistas e que reivindicando o espaço escolar para o seu não fechamento, o mesmo foi momentaneamente transformado em território de luta e resistência.

Nos aproximamos de Fernandes, (2005, p.30), quando se pensa o território na perspectiva de vê-lo como um “espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder”, destacando que “os territórios se movimentam também pela conflitualidade. Logo, entendemos com o autor de que o

⁴ “A classe operária foi submetida a manipulações no espaço, pois há uma política do espaço, cada vez mais atuante, cada vez mais consciente e deliberada. O espaço se tornou-se instrumental. Lugar e meio onde se desenvolvem estratégias, onde elas se enfrentam, o espaço deixou de ser neutro, geográfica e geometricamente, há muito tempo”. (LEFEBVRE, H. **Espaço e política: o direito a cidade II**. Belo horizonte. Ed. UFMG, 2016, 2º ed. p.156)

⁵ FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. REVISTA NERA – ANO 8, N. 6 – JANEIRO/JUNHO DE 2005.

⁶ FILHO, J. S. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentions politics: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina**. José Sobreiro Filho. - Presidente Prudente: [s.n.], 2016.



território “é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência” (2005, p.30). Portanto, é o caso do movimento de luta contra a reorganização e posteriormente as ocupações constituindo uma espacialização e uma territorialização. Uma transformação a priori para um território de momento e que através das relações sociais desses jovens produziram situações solidárias e ao mesmo tempo conflitivas.

O espaço, no caso específico o escolar, e a construção de um território de resistência, são elementos constitutivos dos movimentos socioespaciais dos estudantes de São Paulo, assim com a espacialização e a territorialização da ocupação foram processo pelos quais esse movimento ganha o estado de São Paulo manifestando territorialmente desacordos com a política educacional do Estado.

Os processos de espacialização e territorialização de luta podem ser vistos quando foram criadas e recriadas as experiências de resistência dos que ocupavam as escolas. Assim como, que através de suas práticas espaciais de contestação e reivindicação se projetou em quase todo o estado nas cidades através de ocupações, protestos de rua, aulas de rua, contestação, manifestações e passeatas.

Conforme Sobreiro Filho, (2016) para a Geografia só tem sentido sua compreensão dos movimentos sociais se a “análise efetivamente estiver alicerçada em uma perspectiva eminentemente geográfica” (SOBREIRO FILHO, 2016, p.94). Portanto, “é no bojo desta perspectiva e do olhar atento para com o espaço e território que emergem os conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais”⁷, assim, é a partir desses conceitos, que nasce o significado geográfico aos movimentos sociais.

Para o autor, (SOBREIRO FILHO, 2016, p.98) os movimentos socioespaciais “é um conceito amplo porque está relacionado diretamente à complexidade do conceito de espaço, enquanto produto-produtor complexo, e as processualidades potenciais”. Ainda sobre os movimentos socioespaciais, “são aqueles que produzem-consomem e/ou transformam o espaço e, conseqüentemente, as relações socioespaciais através de sua luta, resistência e sua própria existência”. Ademais, enfatiza que:

“todo movimento socioterritorial é um movimento socioespacial, porque a luta por território pressupõe também a luta por espaço”, **no entanto, nem todo movimento socioespacial é um movimento socioterritorial porque não pressupõe necessariamente a impressão e manutenção de uma**

⁷Ver: Sobreiro Filho (2016, p. 95) “a discussão seminal desta perspectiva inicia-se com Martin (1997) e Fernandes (1999, 2005). Ambos os autores destacam o raro trato geográfico nas análises sobre este objeto e a necessidade de se construir uma abordagem eminentemente geográfica”.



relação de poder em determinado espaço” (SOBREIRO FILHO, 2016, p. 99(grifo nosso)).

A GEOGRAFIA DA REORGANIZAÇÃO

Segundo Apple (2005), as políticas neoliberais estão tendo um impacto na educação e em diversas outras áreas pelo mundo afora, operando efeitos globais que tendem a piorar situações já ruins. Para Harvey, (2008, p. 3), “os defensores da proposta neoliberal ocupam posições de considerável influência no campo da educação”. Em Laval, (2004) entendemos que todas as ações vindas do campo neoliberal para a educação são para aumentar as desigualdades educacionais e se aproximar do mercado.

Nesse sentido, nossa proposta sobre o tema está baseada na convicção desses autores, assim como, em diferentes pesquisas recentes na área como em Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), Giroto (2018), Medeiros, Januário e Melo (2019) de que a “reorganização” traria graves consequências para a comunidade escolar paulista estendendo os seus resultados para toda a sociedade, agravando ainda mais as desigualdades educacionais encontradas nesta rede de ensino.

Esperamos, assim, contribuir para a discussão sobre a reorganização em 2015, especificamente na compreensão da educação e o espaço, trazendo uma leitura geográfica, ou seja, onde os indivíduos se encontram, estão presentes, e, assim, dessa maneira, lançar-se a algumas hipóteses sobre a espacialidade e a territorialidade dessas ações, tanto na perspectiva imediata, como de seus possíveis resultados futuros.

Não podemos deixar de entender que educação espaço estão relacionados, e que ao apresentar qualquer mudança nesta rede de ensino impacta imediatamente e posteriormente na produção na vivência do espaço de inúmeros indivíduos em todas as regiões do estado. Dessa maneira, apresentar as escolas paulistas como um território de disputa diária e recente para a implementação, como indica a literatura⁸ de ações que promovem uma política empresarial na educação pública e sair na defesa que a mesma, difere totalmente dos interesses públicos, e, por isso, não tem relação com a maioria dos indivíduos do Estado de São Paulo.

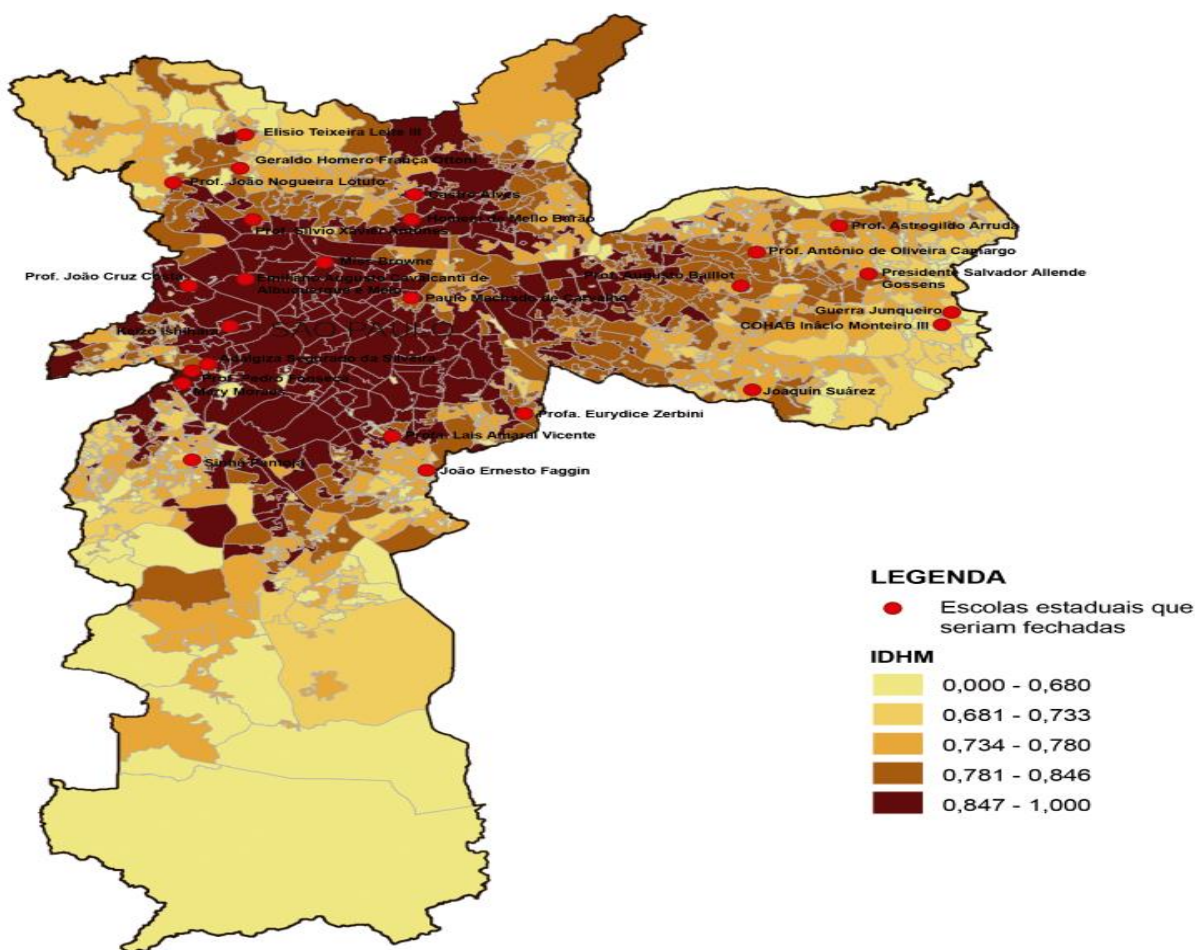
O anúncio da reorganização apresentava que 93 escolas seriam fechadas. Dessas, 25 escolas estaduais ficavam na capital do estado. Previa que 16 escolas seriam entregues

⁸ Laval (2004), Ball (2005), Apple (2005), Harvey(2008), Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), Giroto (2018), Freitas (2018), Medeiros, Januário e Melo (2019).



para o centro Paula Souza ou prefeitura. A reconfiguração muda o ciclo de ensino que seriam ofertados nas escolas, portanto, além das 93 que seriam fechadas outras 1464 escolas passariam pelas mudanças de ciclo. Entre os vários resultados podemos indicar mais de 311 mil alunos mudando de escola para atender a medida do estado. Atingindo também 74 mil professores. Abaixo, segue o mapa com as escolas estaduais que iriam fechar na capital paulista, juntamente com a lista e seus supostos usos futuramente.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: IDHM E ESCOLAS ESTADUAIS QUE SERIAM FECHADAS COM A REORGANIZAÇÃO EM 2015



0 5 10
Km

Fonte: Base Cartográfica: IPEA, Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2010)
Dados: APEOESP (2015); G1 (2018)
Organização: William Queiroz, 2020
Elaboração: Júlia Marchesin Caetano, 2020



QUADRO 1- LISTA DAS ESCOLAS QUE FECHARIAM NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO-SP.

1) Homem de Mello Barão (São Paulo): utilização pelo Centro Paula Souza ou prefeitura
2) Miss Browne (São Paulo): uso pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores
3) Paulo Machado de Carvalho (São Paulo): utilização pelo Centro Paula Souza ou prefeitura
4) Adalgiza Segurado da Silveira, professora (São Paulo): utilização pelo Centro Paula Souza ou prefeitura
5) Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque e Melo (São Paulo): Diretoria de Ensino
6) Joao Cruz Costa, Professor (São Paulo): transferida para prédio da E.E. Prof. ^a Maria Eugênia Martins. Prédio utilizado pelo Centro Paula Souza ou prefeitura
7) Keizo Ishihara (São Paulo): AI AF - possível uso do anexo pela Secretaria Municipal de Educação
8) Pedro Fonseca, Professor (São Paulo): utilização pelo Centro Paula Souza ou prefeitura
9) Eurydice Zerbini, Professora (São Paulo): utilização pelo Centro Paula Souza ou prefeitura
10) Antonio de Oliveira Camargo Professor (São Paulo): utilização pelo Centro Paula Souza ou prefeitura
11) Astrogildo Arruda Professor (São Paulo): Núcleo Pedagógico
12) Cohab Inácio Monteiro III (São Paulo): utilização pelo Centro Paula Souza ou prefeitura
13) Guerra Junqueiro (São Paulo): utilização pelo Centro Paula Souza ou prefeitura
14) Salvador Allende Gossens Presidente (São Paulo): utilização pelo Centro Paula Souza ou prefeitura
15) Augusto Baillot, Professor (São Paulo): utilização pelo Centro Paula Souza ou prefeitura
16) Joaquin Suarez (São Paulo): Transferida para Prédio da E.E. Prof. Valdir Fernandes Pinto. Prédio utilizado pelo Centro Paula Souza ou prefeitura
17) Elísio Teixeira Leite III (São Paulo): utilização pelo Centro Paula Souza ou prefeitura
18) Geraldo Homero Franca Ottoni, professor (São Paulo): utilização pelo Centro Paula Souza ou prefeitura
19) João Nogueira Lotufo, professor (São Paulo): utilização pelo Centro Paula Souza ou prefeitura
20) Silvio Xavier Antunes, professor (São Paulo): utilização pelo Centro Paula Souza ou prefeitura
21) Castro Alves (São Paulo): utilização pelo Centro Paula Souza ou prefeitura
22) Joao Ernesto Faggin, doutor (São Paulo): utilização pelo Centro Paula Souza ou prefeitura
23) Laís Amaral Vicente, professora (São Paulo): utilização pelo Centro Paula Souza ou prefeitura
24) Mary Moraes (São Paulo): utilização pelo Centro Paula Souza ou prefeitura
25) Sinhá Pantoja (São Paulo): utilização pelo Centro Paula Souza ou prefeitura

Fonte: APEOESP. Governo do Estado de SP 2015.

Como podemos notar no quadro 1, são 25 escolas na capital do estado que seriam “reorganizadas”. Dessas 25 escolas, observamos que 23 poderiam ser municipalizadas, como consta na lista que foi elaborada e disponibilizada pela Secretaria de Educação. Essas escolas, menos a E. E. Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque e Melo (São



Paulo) e a E.E. Astrogildo Arruda Professor (São Paulo), ficariam sob a tutela do Estado de São Paulo e de sua Secretaria de Educação, portanto, podemos evidenciar que todas as outras escolas seriam disponibilizadas para a prefeitura, ou possivelmente utilizadas para as escolas técnicas do estado.

O mapa Município de São Paulo: IDHM e escolas que seriam fechadas com a reorganização destaca a espacialidade dessas ações. Podemos observar que essas unidades estão em regiões da capital que apresentam IDH mais baixo, nas bordas da cidade de São Paulo, principalmente na Zona Leste em seus limites. No entanto, podemos lembrar que mesmo as unidades escolares que se apresentam na região central da cidade e em regiões que apresentam IDH elevado estão sob a influência de populações que apresentam precariedade social e estão em situação de vulnerabilidade⁹.

Nesse sentido, quantas, de fato, escolas centrais, e mesmo em regiões que apresentam IDH elevado, seriam fechadas pelo governo é matéria aberta a exame. No entanto, acreditamos que se pode dizer que isso se apresentou como uma tendência¹⁰. Do mesmo modo, territorialmente, as escolas de tempo integral¹¹ (PEI) estão localizadas e concentradas em uma região da capital, como podemos ver no mapa os níveis de analfabetismo são pequenos e desse modo, acreditamos que as populações que mais mereciam esse serviço estão afastadas do mesmo (GIROTTI, 2018).

Temos o mesmo processo com as escolas que fechariam. Elas estão em regiões de grande analfabetismo na capital, conforme podemos visualizar no mapa 2, mais a frente, e, portanto, ao contrário do que queria o governo do estado, elas não deveriam ser fechadas e, sim, por aquilo que se verifica, ampliadas para, no mínimo, o projeto de escolas de tempo integral do estado de São Paulo. Podemos, portanto, verificar uma ineficácia de gestão pública por parte dos organizadores dessa lista de fechamento das escolas com a reorganização e um total desconhecimento territorial da necessidade de ampliar as escolas existentes para as áreas mais precárias e vulneráveis da cidade.

⁹ Ver: **O Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo**. Disponível em: <[http://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/user_files/ckeditor/Norte-A-\(1-17\).pdf](http://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/user_files/ckeditor/Norte-A-(1-17).pdf)>. Acesso em 09/06/20. Nele é possível entender a vulnerabilidade social e a distribuição espacial dessa dimensão para o Município de São Paulo. “Evidencia-se nele a concentração de setores de baixa privação no vetor sudoeste, onde residem as famílias mais ricas. Excetuando-se essa região, mesclam-se setores com índices mais elevados de privação, sem que necessariamente essa gradação se intensifique na periferia mais distante. A dimensão de privação representa um forte indicador das desigualdades sociais, assinalando a separação espacial entre grupos com diferentes condições socioeconômicas” (2004, p.8).

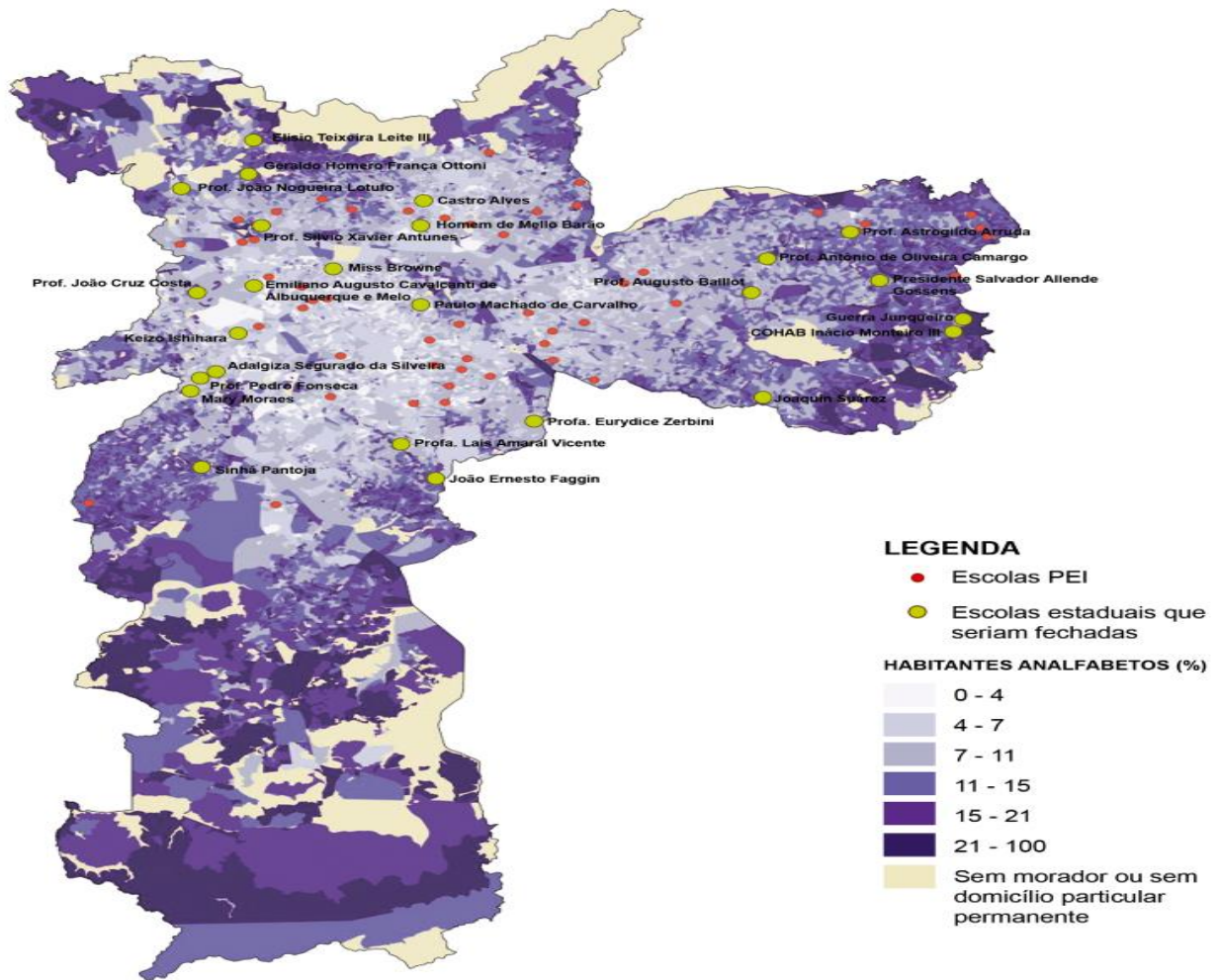
¹⁰ Fonte: **O mapa da vulnerabilidade social da população da cidade de São Paulo**.

¹¹ SÃO PAULO (Estado). Diretrizes do Programa de Ensino Integral. São Paulo: SEE- SP, 2012.



É necessária uma instrumentalização do território capaz de oferecer e atribuir a todos indivíduos serviços básicos indispensáveis, tais como a educação pública, não importa onde esteja a pessoa (SANTOS, 1993), (GIROTTI, 2018). Portanto, uma adequada gestão do território onde a distribuição geral da oferta da educação seja atendida e assegurada aos indivíduos. Neste sentido, podemos visualizar o mapa sobre analfabetismo na capital para justificar nossa argumentação.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: HABITANTES ANALFABETOS E ESCOLAS ESTADUAIS QUE SERIAM FECHADAS COM A REORGANIZAÇÃO EM 2015



0 5 10 Km

Fonte: Base Cartográfica: Atlas da Rede Estadual de Educação de São Paulo (2018); Censo IBGE (2010)

Dados: APEOESP (2015); G1 (2018)

Organização: William Queiroz, 2020

Elaboração: Júlia Marchesin Caetano, 2020

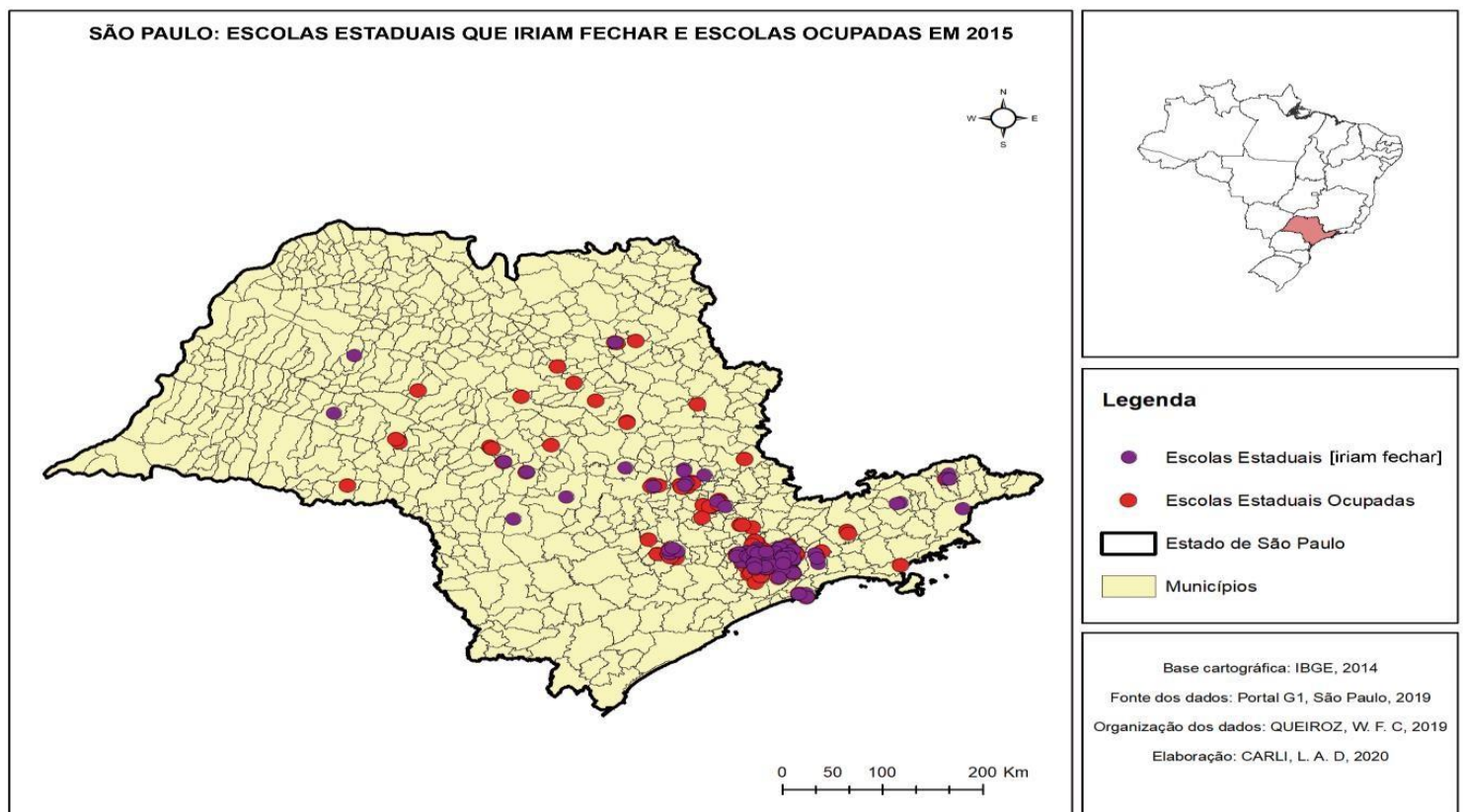




UMA GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES

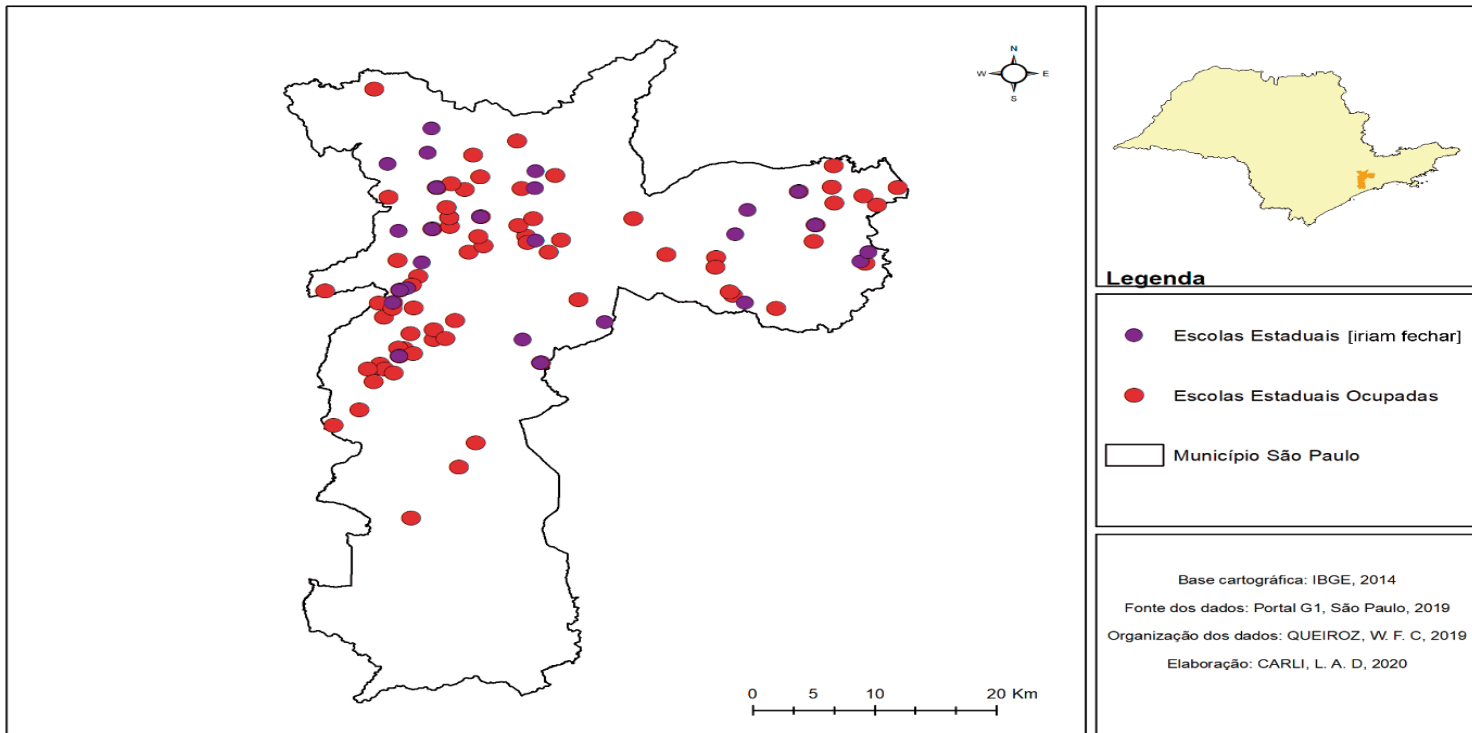
Falamos da reorganização escolar. Mostramos a configuração espacial em que se assentava tal política, assim podemos identificar as escolas afetadas e a distribuição desse processo no município de São Paulo, com o objetivo de trazer uma visão dos impactos que tal ação causaria e quem seriam os afetados. Agora será abordada a experiência de três escolas ocupadas: E.E. Salvador Allende município São Paulo, zona Leste, Escola Estadual Antônia Viera Campos em Sorocaba e da E.E. Dr. Dr. Elói Miranda Charles, em Jundiaí, para, então, levantarmos algumas considerações das ocupações escolares. Portanto, com base no debate sobre as relações espaciais do fenômeno das escolas ocupadas, na ideia de território e lançar-nos a um movimento socioespacial.

Vamos buscar uma configuração espacial das mesmas.





SÃO PAULO (SP): ESCOLAS ESTADUAIS OCUPADAS E ESCOLAS QUE IRIAM FECHAR - 2015



Com os mapas, podemos ver a configuração e a espacialização das ocupações no mapa do município como do estado destacando as escolas ocupadas, e no conjunto dos mapas, uma perspectiva das ocupações escolares com as escolas que fechariam no município de São Paulo e no estado.

Portanto, podemos tecer algumas considerações importantes sobre esse processo. No total foram mais de 200 escolas ocupadas, sendo esse número divergentes nas fontes¹². Desse número, foram 75 escolas somente na capital do Estado, sendo que as ocupações variam de região dentro do próprio município e também no Estado, onde podemos destacar que são 18 escolas ocupadas só na zona Leste da Capital. Também podemos observar uma concentração na capital paulista das ocupações como em todos os sentidos da cidade. Na zona metropolitana, podemos observar várias escolas, assim como, no interior do estado a mancha das ocupações avança até mais timidamente, para o Oeste do Estado, chegando à diretoria de ensino de Assis.

Dessa maneira, podemos dizer que a luta dos secundaristas com as ocupações representa de um ativismo urbano territorializado por excelência, cujo alvo de sua contestação foi a política de reorganização com a precariedade da escola pública e o

¹² Pela APEOESP (Sindicato Oficial dos professores do Estado de São Paulo) o número é superior a 200 escolas ocupadas, já nas informações encontradas na mídia eletrônicas o número fica em 200 ocupações.



fechamento de 90 escolas. Portanto, o movimento secundarista é socioespacial, surge tendo como base social os estudantes de mais de 200 escolas ocupadas, sendo formado por estudantes de diversas partes do estado que se uniram em um grupo de pessoas que definiram o espaço escolar e sua ocupação como forma de resistência e luta. Logo, o espaço é, desse modo, não apenas uma base de organização secundária do movimento, mas um referencial e objeto de luta, pois, foi catalizador da opinião pública, e símbolo da territorialização da luta dos secundaristas

Desse modo, o espaço, no caso específico o escolar, possibilitou a construção de um território de resistência e foi elemento constitutivo do movimento socioespacial dos estudantes de São Paulo. Assim, a espacialização e a territorialização das ocupações foram processo pelos quais esse movimento ganha o estado de São Paulo manifestando territorialmente desacordos com a política educacional do estado com grandes repercussões no território nacional no ano subsequente.

Ressaltamos com Gohn (2019, p.21) que as ocupações são uma forma muito especial de ação coletiva, pois, “é portadora de um gigantesco potencial de aprendizado político” ou seja, “os movimentos sociais sempre têm um caráter educativo” e, devemos lembrar, assim como fez Ximenes (2019, p.55) que já há algum tempo na sociedade paulista “um movimento social não expressava tanto poder de mobilização, ruptura e resistência”.

Assim, apresentamos os relatos sobre as ocupações dos alunos participantes que trazem inúmeros exemplos de atividades formativas organizadas¹³. Por exemplo, na escola da E.E. Salvador Allende município São Paulo, zona Leste, outro ponto interessante a destacar é o significado do movimento para os indivíduos (grifo nosso):

Eu consegui levantar minha voz que consegui lutar por aquilo que eu acreditava e ter um retorno e saber que um governo de mais de 20 anos revoga um decisão **é algo muito importante e muito histórico para mim pra muitas pessoas** eles só voltou atrás na palavra dele quando que ele fez isso ? eles fez isso em 2015 quando a gente estava na rua batalhando por isso sabe então eu acho que é essa a importância, eu nem sei como me expressar da melhor maneira que você entenda porque eu não tenho realmente palavras explicar aquilo, **aquilo mudou minha vida de uma maneira esplêndida assim sabe.** (Estudante 1).

¹³ Fizemos 3 entrevistas com alunos que participaram das ocupações e que conforme prevê o comitê de ética não serão colocados e citados seus nomes reais, somente as escolas que os mesmos pertenciam em 2015 e estão identificados como estudantes 1, 2 e 3.



Aluno(a) da Escola Estadual Antônia Viera Campos em Sorocaba (grifo nosso):

O significado do movimento na minha história, eu acho que foi um **momento muito importante pra mim** esse período de ocupação, eu já me organizava já entendia meio que por cima a importância da escola né, mas acho que a ocupação ela me mostrou que o estudo ele não necessariamente tem que ser dentro de uma sala de aula, a gente aprende em qualquer espaço que agente estiver entendeu, a partir do momento que a agente tem a chance de trocar ideia com alguém a gente aprende muita coisa, muita coisa, **a gente aprende a ouvir, a gente aprende a falar** também né que é importante, tanto ouvir como falar **a gente aprende que mesmo sendo diferente todos nós precisamos de direitos básicos**, sabe a role da equidade não da igualdade de ser equivalente a todos, de poder garantir de que todas as pessoas independentemente dos seus desafios a gente consiga garantir que todas elas participem, **eu acho que o real significado desse movimento na minha vida foi tudo na verdade**, acho que não teria uma palavra ou uma frase que descreveria, mas acho que se tivesse seria tudo, **porque realmente foi tudo**. (Estudante 2).

Aluno(a) da E.E. Dr. Dr. Elói Miranda Charles, em Jundiaí (grifo nosso):

A rotina na ocupação, ela se iniciou assim com **muitas aulas**, a gente fala **assim oficinas**, então todos os dias tinham oficinas ela continuo durante duas semanas, mas a agente viu assim, que só oficinas não dava certo, tipo diminuir as oficinas e fazer outras coisas, **mas tinham outras opções criativas, outras coisas bem interessantes**, aulas que nós queríamos professores que queriam dar aulas pra a gente dentro da escola ocupada, a gente dormia ali, alguns iam pra casa e depois voltavam, a gente de manhã deram início, os professores saíram pra fora, deixaram só os alunos dentro do colégio, a gente fazia nosso almoço nossa janta, a gente organizava nossa rotina tirava o lixo limpava como se fosse uma casa mesmo tinham todas essas obrigações, ai depois de um tempo né deu uma chuva né colocamos os professores para dentro do colégio e eles passaram a ficar no colégio também, alguns professores depois acabaram que eles saíram e ficaram só os alunos de novo, a ocupação durou trinta dias, então acho que assim os professores ficaram uma semana na escola uns dez 10 dias talvez. (Estudante 3)

Nas falas dos alunos entrevistados que participaram ativamente das ocupações podemos observar atentamente situações de conflito, de luta, da construção de um território, da solidariedade dos alunos e de sua revolta com a possível perda de seu espaço escolar. Vejamos, portanto, a fala da aluna da escola E.E. Salvador Allende município São Paulo, zona Leste (grifo nosso):

Estava no 1º ano do ensino médio, na época com 15 anos, e juntos com colegas na mesma fase de idade alguns mais novos e mais velhos. [...] eu tinha um sentimento de perda, é a princípio foi isso assim, no início eu falava, que droga eu **estou perdendo meu espaço**, eu estou perdendo um **espaço que é meu**, onde eu **estou crescendo**, **onde eu estou se transformando** na pessoas que eu sou pro governo assim, o governo vai fazer aquilo que ele quiser com a minha escola e é isso, a princípio é isso, a princípio eu imaginava dessa forma esse apego essa questão sentimental da coisa.

Se começa **a fechar a escola** você vai fechando os cercos assim para as pessoas **os espaços e o espaço público** que a gente tem assim ele é mínimo ele já é mínimo na quebrada entendeu, é a gente tinha lá as escolas que era dentro, a escola é aberta então, a única coisa que é fechado é do portão pra dentro, mas a quadra da escola é pro lado de fora e tem duas quadras, o



pessoal da comunidade entorno da escola eles usavam as quadras da escola então eu comecei a perceber isso, a gente estava perdendo espaço público e o que é espaço público para quem é pra gente de certa forma porque é ali que eu tenho **minha vivencia ali** que eu aprendo coisas, é ali que eu construo, é ali bato nesta tecla de construção da sociedade o que que a gente está fazendo e o que que a gente está vivendo é então a gente tinha o que, a escola a praça e uma biblioteca que é longe pra caramba pra eu ter que sair da minha quebrada, para eu ter que ir no centro para eu me divertir pra ter que ir na quadra nos campinhos que tem ali na ETEC, parque da juventude pra ir brincar ali e sabe que eu tenho uma quadra do lado de casa então a **perda de espaço público** foi quando a gente começou a entender que a gente **perde espaço público** a gente **perde identidade**, eu perder de certa forma no individual, mais eu penso muito na questão coletiva da coisa porque eu como meu amigo 1, como meu amigo 2, e minha amiga 3 a gente perdendo **nostros espaços públicos** agente perdendo espaço público começa a **perder nossa identidade**, aquilo está na nossa quebrada, se eu tenho que sair pra ir em outro lugar é muito complicado as coisas elas começam a ficar piores, e a gente perde a valorização do que a gente tem sabe a gente **tem que aprender a valorizar aquilo que a agente tem** e ai foi nessa processo de apego que eu tinha do sentimento que tinha para com a minha escola foi quando eu comecei a entender que não era só a questão desse apego que tinha também é fato de mais pessoas precisariam desse espaço como eu precisei desse espaço **que me acolheu** naquele espaço das pessoas que precisam desse espaço foi quando eu **comecei a me envolver neste processo de entrar nas ocupações das escolas.** (Estudante 1)

Aluno da Escola Estadual Antônia Viera Campos em Sorocaba (grifo nosso):

Os motivos que levaram a gente ocupar a escola foi que ali em volta em torno da onde agente estudava havia três escolas, quatro escolas se a reorganização tivesse realmente acontecido essas escolas serviriam apenas pro ensino fundamental 2 **teria escola que seria fechada**, **teria escola que perderia o horário noturno e isso levo agente a ocupar a escola** né e a mim eu estava no 3º ano e **não me prejudicaria diretamente né mas prejudicaria meus primos e minha irmã que estudava na mesma escola e eles teriam que trocar de escola e ir pra uma escola mais distante por conta dessa reorganização.** (Estudante 2)

Aluna da Escola E.E. DR. Elói Miranda Charles em Jundiaí (grifo nosso):

A reorganização teria afetado os alunos que moram e moravam nas redondezas da escola né, do Elói que moram ali nos bairros, **a mim não** afetaria por questões de locomoção porque eu morava longe de qualquer forma, né mais a questão é que estaria infligindo minha escolha, **eu escolhi estudar ali na escola tal e ai vão me remanejar pra outra escola? Como assim? Ninguém perguntou nada a ninguém falou nada só vamos trocar aí e sair do bairro.** (Estudante 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudantes tomaram a frente trilhando e apontando os caminhos de uma luta em defesa da educação pública no estado de São Paulo. Precarizado, o professor paulista que vinha de uma greve naquele ano se dividiu entre o apoio da ação ou, negá-lo, como queriam os agentes da educação paulista que ameaçaram todos para minar a ação dos



estudantes. Entretanto, apesar das especificidades locais, das diferenças das escolas e do caráter temporário das experiências, é possível traçar linhas de continuidade e influência mútua entre as ações dos estudantes da rede estadual paulista que participaram das ocupações.

Eles se mobilizam com base nas escolas ocupadas. Dialética que iria da perda, precisaram ocupar aquilo que já era deles para ter o direito novamente de frequentarem o espaço que os formou, onde alguns cresceram e onde se transformaram. Viram que as ações do poder público afetariam sua geografia local, maior distância, turnos diferentes, remanejamento de alunos, professores e comunidade escolar. Dessa forma, perceberam que o espaço público seria fechado afetando sua comunidade, a sua escola, sua vivência e sua identidade. Portanto, trataram de formar uma “nova geografia”, não com as escolas que fechariam, mas das escolas ocupadas.

Assim, as ocupações escolares funcionaram como base material e simbólica para sua luta/resistência. A construção de um movimento socioespacial desafiou a política do estado com a construção de um projeto prático de renovação da educação pública baseado em outros modos de pensar, e oportunizando diálogos e valorizando as diversidades, cuja relações seriam horizontalizadas diferentes das práticas de homogeneidade praticadas nesta rede, e que por fim, transformando as escolas ocupadas em territórios de resistência e autonomia.

REFERÊNCIAS

- APPLE, MICHAEL, W. **Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro, DP&A editora, 2005.
- BALL, S. J. **Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade**. Cadernos de Pesquisa. V. 35, n. 126, set./dez.2005.
- BALL, S, J & YOUDELL, D. **Privatización encubierta de la educacion pública** (informe preliminar). V Congreso Mundial de la Internacional de la Educación (p.66). Brussels: Internacional de la Educación.
- CAMPOS, A, J.M, MEDEIROS, JONAS, RIBEIRO, MARCIO M. **Escolas de luta**. São Paulo, Veneta, 2016, (coleção baderna).
- CORRÊA, R.L. **Espaço: um conceito-chave da Geografia**. In: CASTRO, I.E. [et al] (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.p.15-47.
- FERNANDES, BERNARDO MANÇANO. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. **OSAL 273**, Ano VI, n.º 16, enero-abril, 2005.
- FERNANDES, BERNARDO MANÇANO. **Movimento social como categoria geográfica**. **Terra Livre**. São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.
- FILHO, J. S. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentions politics: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no brasil e argentina**. José Sobreiro Filho. - Presidente Prudente: [s.n.], 2016.440 f.



- GOHN, M, G. **Movimentos sociais e educação no Brasil**. In: Medeiros, Jonas et al (orgs). Ocupar e resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016) São Paulo, Editora 34, FAPESP, 2019. In: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452018000200167.
- LAVAL, CHRISTIAN. **A escola não é uma empresa: O neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina, Editora Planta, 2004.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte, editora da UFMG, 2016.
- MEDEIROS, Jonas, et al. (orgs.) **Ocupar e resistir: movimentos de ocupações de escolas no pelo Brasil (2015-2016)**. São Paulo, editora 34; FAPESP, 2019, (1º edição).
- GIROTTI, D, E. [Et. all]. **A geografia importa: análise da dimensão espacial de duas políticas educacionais no estado de São Paulo**. (Anpege). p.158-190, V.14, n.23, jan./abr. 2018..
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5, ed. São Paulo, Edições Loyola, 2008.
- FREITAS, L. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1ºed. São Paulo, Expressão Popular, 2018.
- RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- PEDON, NELSON, R. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 2. Ed. São Paulo Nobel, 1993. – (coleção espaços).
- SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Unesp, 2004.
- XIMENES, B. S. **Contra quem os estudantes lutam? As ocupações secundaristas no epicentro das disputas sobre a escola pública**. In: Medeiros, Jonas, et al. (orgs.) Ocupar e resistir: movimentos de ocupações de escolas no pelo Brasil (2015-2016). São Paulo, editora 34; FAPESP, 2019.